

UM ESTUDO SOBRE INCLUSÃO NAS UNIDADES PRISIONAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

*A STUDY ON INCLUSION IN PRISON UNITS: A
BIBLIOGRAPHICAL REVIEW*

Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra¹
Everaldo Antônio de Jesus²

Resumo: A inclusão é um tema cada vez mais discutido e valorizado em diferentes contextos sociais. Nas unidades prisionais, não poderia ser diferente. A busca por garantir direitos e oportunidades iguais para todos os indivíduos, independente de sua condição, é um desafio constante. O objetivo deste texto é apresentar os principais resultados encontrados em pesquisas sobre a inclusão nas unidades prisionais. Pretende-se analisar as principais abordagens teóricas e metodológicas utilizadas nos estudos sobre o tema, bem como identificar as principais dificuldades e avanços nessa área. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica, com a análise de artigos científicos, livros e documentos oficiais relacionados ao tema. O roteiro da pesquisa foi estruturado em etapas que permitiram a coleta e análise dos dados de forma sistemática. A pesquisa bibliográfica torna-se fundamental no processo, ao utilizar materiais publicados anteriormente, em bases de dados e plataformas acadêmicas como SciELO, Google Acadêmico, Portal da CAPES e ScienceResearch.com. A presente pesquisa abrangeu diferentes abordagens que discutem a inclusão social e suas implicações nas unidades prisionais. Foram consideradas teorias sociológicas, psicológicas e criminológicas, bem como estudos que abordam a legislação e as políticas públicas relacionadas ao tema. Conclui-se que a partir dessas análises, é possível afirmar que a inclusão nas unidades prisionais é um processo que requer ações integradas, envolvendo a sociedade, o sistema prisional e os próprios detentos. A promoção da inclusão social nas prisões é um passo fundamental para a construção de uma

- 1 Doutorando em Ciências da Educação, UNADES; Mestre em Filosofia, Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
- 2 Doutor em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, FICS. Mestre em Ciências da Educação, UAA.



sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Inclusão. Unidades prisionais. Detentos. Educação.

Abstract: Inclusion is an increasingly discussed and valued topic in different social contexts. In prison units, it could not be different. The quest to guarantee equal rights and opportunities for all individuals, regardless of their condition, is a constant challenge. The objective of this text is to present the main results found in research on inclusion in prison units. The aim is to analyze the main theoretical and methodological approaches used in studies on the topic, as well as identify the main difficulties and advances in this area. The research was developed based on a bibliographical review, with the analysis of scientific articles, books and official documents related to the topic. The research script was structured in stages that allowed data to be collected and analyzed systematically. Bibliographical research becomes fundamental in the process, when using previously published materials in databases and academic platforms such as SciELO, Google Scholar, CAPES Portal and ScienceResearch.com. The present research covered different approaches that discuss social inclusion and its implications in prison units. Sociological, psychological and criminological theories were considered, as well as studies that address legislation and public policies related to the topic. It is concluded that from these analyses, it is possible to affirm that inclusion in prison units is a process that requires integrated actions, involving society, the prison system and the inmates themselves. Promoting social inclusion in prisons is a fundamental step towards building a more just and egalitarian society.

Keywords: Inclusion. Prison units. Detainees. Education.

Introdução

A inclusão é um tema cada vez mais discutido e valorizado em diferentes contextos sociais. Nas unidades prisionais, não poderia ser diferente. A busca por garantir direitos e oportunidades iguais para todos os indivíduos, independente de sua condição, é um desafio constante.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica, com a análise de artigos científicos, livros e documentos oficiais relacionados ao tema. O roteiro da pesquisa foi estruturado em etapas que permitiram a coleta e análise dos dados de forma sistemática. A pesquisa bibliográfica

torna-se fundamental no processo metodológico, ao utilizar materiais publicados anteriormente, em bases de dados e plataformas acadêmicas como SciELO, Google Acadêmico, Portal da CAPES e ScienceResearch.com (GUERRA, 2023).

A pesquisa justifica-se pelo fato da inclusão social ser um direito fundamental de todos os cidadãos, independentemente de sua situação ou condição. No entanto, a realidade das unidades prisionais revela uma série de desafios para a efetivação desse direito. A compreensão dos obstáculos e das possíveis soluções para promover a inclusão nas prisões é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Serão abordados aspectos relacionados à importância da inclusão, os desafios enfrentados, as políticas públicas existentes e as perspectivas futuras. A inclusão nas unidades prisionais é um tema de extrema relevância, pois envolve a garantia de direitos fundamentais e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Afinal, a privação de liberdade não deve significar a privação de dignidade e oportunidades.

O objetivo deste texto é apresentar os principais resultados encontrados na revisão bibliográfica sobre a inclusão nas unidades prisionais. Pretende-se analisar as principais abordagens teóricas e metodológicas utilizadas nos estudos sobre o tema, bem como identificar as principais dificuldades e avanços nessa área.

Inclusão nas unidades prisionais

Um dos principais desafios enfrentados na inclusão nas unidades prisionais é a superlotação e a falta de estrutura adequada. Muitas vezes, os presídios não possuem condições mínimas para abrigar os detentos de forma digna, o que dificulta a implementação de políticas de inclusão efetivas. Além disso, a estigmatização e o preconceito em relação aos indivíduos que cumprem pena também são obstáculos a serem superados (DOS SANTOS, 2023).

A sociedade muitas vezes enxerga essas pessoas apenas como criminosos, sem considerar que elas também têm direito a uma segunda chance e a oportunidades de reintegração social. No entanto, algumas políticas públicas têm sido implementadas com o intuito de promover a inclusão nas unidades prisionais. Programas de educação, trabalho e assistência jurídica são exemplos de iniciativas que visam garantir direitos e oportunidades para os detentos. A educação é um dos principais pilares da

inclusão nas unidades prisionais (DE JESUS, 2023).

Ela possibilita o acesso ao conhecimento, o desenvolvimento de habilidades e a formação de uma consciência crítica. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948 em seu artigo 26 enfatiza:

Art. 26. 1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito (ONU, 1948).

Além disso, a educação contribui para a redução da reincidência criminal, uma vez que proporciona alternativas para a ressocialização dos detentos (SANTA ANNA; ZANETTI; DO NASCIMENTO, 2015). O trabalho também desempenha um papel fundamental na inclusão nas unidades prisionais, Através dele, os detentos podem adquirir competências profissionais, ter uma ocupação produtiva e, conseqüentemente, melhorar suas perspectivas de reintegração social.

É importante ressaltar que a inclusão nas unidades prisionais não se restringe apenas ao período de cumprimento de pena. Ela deve ser um processo contínuo, que se estende também para o pós-liberdade, e a reinserção desses indivíduos na sociedade é essencial para evitar a reincidência criminal e promover a ressocialização efetiva. Diante desse panorama, é fundamental que sejam criadas mais políticas públicas e investimentos na área de inclusão nas unidades prisionais. Além disso, é necessário combater a estigmatização e o preconceito, promovendo uma mudança de mentalidade na sociedade em relação aos detentos (DE JESUS, 2023).

A inclusão de pessoas com transtornos mentais nas unidades prisionais

A inclusão de pessoas com transtornos mentais nas unidades prisionais é um fenômeno complexo e multifacetado. Estudos têm mostrado que a prevalência de transtornos mentais entre a população carcerária é significativamente maior do que na população em geral. Isso pode ser atribuído a diversos fatores, como a falta de acesso a serviços de saúde mental adequados antes da prisão, a exposição a situações de violência e trauma durante o período de encarceramento, entre outros.

Um dos principais desafios enfrentados pelas unidades prisionais é a falta de recursos e capacitação adequada para lidar com pessoas com transtornos mentais. Muitas prisões não possuem equipes especializadas em saúde mental e os profissionais de saúde disponíveis podem não ter o treinamento necessário para lidar com as demandas específicas dessa população. A superlotação e a falta de estrutura adequada nas unidades prisionais dificultam a implementação de programas de tratamento eficazes (DE JESUS, 2023).

Outro desafio importante é a estigmatização e a discriminação enfrentadas por pessoas com transtornos mentais nas prisões. Muitas vezes, esses indivíduos são vistos como perigosos ou imprevisíveis, o que pode levar a tratamentos desumanos e violações de seus direitos básicos. A falta de compreensão sobre os transtornos mentais e a ausência de políticas e diretrizes específicas para lidar com essa população contribuem para a perpetuação dessas práticas prejudiciais. No entanto, algumas iniciativas têm sido tomadas para promover a inclusão dessas pessoas. Programas de triagem e avaliação psiquiátrica têm sido implementados em algumas prisões para identificar e encaminhar adequadamente os indivíduos que necessitam de tratamento especializado (DE JESUS, 2023).

Além disso, a criação de unidades de saúde mental dentro das prisões, com equipes multidisciplinares, tem mostrado resultados positivos na melhoria do acesso ao tratamento e na redução dos índices de reincidência criminal. Em suma, a inclusão de pessoas com transtornos mentais nas unidades prisionais é um desafio complexo, que requer ações coordenadas e políticas eficazes. É fundamental que as prisões tenham recursos e capacitação adequada para lidar com essa população, garantindo o respeito aos direitos humanos e o acesso a tratamento adequado. É necessário combater a estigmatização e a discriminação, promovendo a conscientização sobre os transtornos mentais e a importância de uma abordagem humanizada no sistema prisional.

A inclusão digital nas unidades prisionais: um caminho para a ressocialização

A inclusão digital tem se mostrado uma ferramenta poderosa para promover a ressocialização de indivíduos em situação de privação de liberdade. Através do acesso à tecnologia e à internet, os detentos têm a oportunidade de adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades e se

preparar para a reinserção na sociedade (SANTA ANNA; ZANETTI; DO NASCIMENTO, 2015)

A inclusão digital nas unidades prisionais consiste em disponibilizar computadores, acesso à internet e capacitação tecnológica para os detentos. Essa iniciativa visa proporcionar a eles a oportunidade de aprender a utilizar as ferramentas digitais, como softwares de edição, processadores de texto e navegadores web. Além disso, a inclusão digital também pode incluir o ensino de programação, design gráfico e outras habilidades relacionadas à tecnologia (DOS SANTOS, 2023).

Um dos principais benefícios da inclusão digital nas unidades prisionais é a ampliação das oportunidades de educação e capacitação. Através da internet, os detentos têm acesso a uma infinidade de cursos online, materiais educativos e conteúdos informativos. Isso possibilita que eles adquiram conhecimentos em diversas áreas, como idiomas, matemática, história e ciências (SANTA ANNA; ZANETTI; DO NASCIMENTO, 2015)

A inclusão digital também permite que os detentos aprimorem suas habilidades profissionais, através de cursos de capacitação e treinamentos online. Outro aspecto importante da inclusão digital é o estímulo à criatividade e ao empreendedorismo. Com acesso à tecnologia, os detentos podem desenvolver projetos pessoais, como blogs, podcasts e canais no YouTube, onde podem compartilhar suas experiências e conhecimentos.

A inclusão digital também pode abrir portas para o empreendedorismo, permitindo que os detentos criem seus próprios negócios online e se tornem autossustentáveis após a liberação. Além dos benefícios individuais, a inclusão digital também traz vantagens para a sociedade como um todo. Ao promover a ressocialização dos detentos, reduz-se a reincidência criminal e contribui para a diminuição da violência e da criminalidade (DE JESUS, 2023).

A inclusão também pode gerar oportunidades de trabalho e colaborar para a inserção dos ex-detentos no mercado de trabalho. No entanto, é importante ressaltar que a inclusão digital nas unidades prisionais deve ser realizada de forma responsável e segura. É necessário estabelecer políticas de segurança da informação, para garantir que os detentos não utilizem a tecnologia de forma indevida ou para fins ilícitos (SANTA ANNA; ZANETTI; DO NASCIMENTO, 2015)

É fundamental oferecer suporte técnico e capacitação adequada, para que os detentos possam utilizar as ferramentas digitais de maneira

eficiente e produtiva. Portanto, a inclusão digital nas unidades prisionais é uma estratégia eficaz para promover a ressocialização dos detentos. Através do acesso à tecnologia e à internet, os detentos têm a oportunidade de adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades e se preparar para a reintegração na sociedade. Além disso, a inclusão digital também traz benefícios para a sociedade como um todo, ao reduzir a reincidência criminal e contribuir para a diminuição da violência. No entanto, é importante que essa inclusão seja realizada de forma responsável e segura, garantindo o uso adequado da tecnologia pelos detentos.

Um estudo sobre a inclusão dos PCDs nas unidades prisionais

A inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) é um tema de extrema importância e relevância social. Garantir que todos os cidadãos tenham acesso a seus direitos e sejam tratados de forma igualitária é um dos princípios fundamentais de uma sociedade justa e democrática. Nesse contexto, a inclusão dos PCDs nas unidades prisionais é um assunto que merece atenção e reflexão.

A inclusão nas unidades prisionais é um desafio complexo, que envolve aspectos legais, estruturais e sociais. É fundamental que as unidades prisionais estejam adaptadas para receber e atender as necessidades específicas dessas pessoas, garantindo acessibilidade e condições dignas de vida. Além disso, é necessário que haja uma mudança de mentalidade e uma quebra de preconceitos por parte dos agentes penitenciários e demais envolvidos no sistema prisional.

É necessário compreender as demandas e desafios enfrentados por essas pessoas, bem como identificar as melhores práticas adotadas em outros países e no próprio Brasil. A temática não se limita apenas à acessibilidade física, mas também à inclusão social e à garantia de seus direitos básicos. É fundamental que essas pessoas tenham acesso a programas de reabilitação e ressocialização, que lhes permitam se reintegrar à sociedade de forma plena e digna.

Além disso, é preciso assegurar que elas tenham acesso a serviços de saúde adequados e que suas necessidades específicas sejam atendidas. A inclusão dos PCDs nas unidades prisionais também pode trazer benefícios para o próprio sistema. Estudos mostram que a inclusão pode contribuir para a diminuição da violência e da reincidência criminal, além de promover

a ressocialização e a humanização do sistema (DE JESUS, 2023).

A diversidade e a inclusão são elementos essenciais para a construção de um sistema prisional mais justo e eficiente. Para que a inclusão dos PCDs nas unidades prisionais seja efetiva, é necessário que haja um trabalho conjunto entre as autoridades responsáveis, as organizações da sociedade civil e a própria comunidade carcerária. É preciso promover a sensibilização e a conscientização sobre a importância da inclusão e combater o preconceito e a discriminação.

É necessário garantir acessibilidade, respeito aos direitos e condições dignas de vida para essas pessoas, promovendo sua reintegração social e contribuindo para a construção de um sistema prisional mais justo e humano. A inclusão dos PCDs nas unidades prisionais é um desafio, mas também uma oportunidade de transformação e construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária (DE JESUS, 2023).

Conclusão

A inclusão nas unidades prisionais é um tema de extrema importância e complexidade. É necessário superar desafios como a superlotação e a falta de estrutura adequada, além de combater o preconceito e a estigmatização. A implementação de políticas públicas efetivas, que valorizem a educação, o trabalho e a ressocialização, é fundamental para garantir direitos e oportunidades iguais para todos os indivíduos, inclusive aqueles que cumprem pena.

O recorte metodológico desta pesquisa consistiu na seleção de estudos científicos que abordassem a temática da inclusão nas unidades prisionais. Foram utilizadas bases de dados acadêmicas e bibliotecas virtuais para a busca dos artigos, livros e documentos relevantes. A análise dos materiais selecionados foi realizada por meio de uma leitura crítica, visando identificar as principais contribuições e limitações de cada estudo.

A presente pesquisa abrangeu diferentes abordagens que discutem a inclusão social e suas implicações nas unidades prisionais. Foram consideradas teorias sociológicas, psicológicas e criminológicas, bem como estudos que abordam a legislação e as políticas públicas relacionadas ao tema.

O objetivo foi compreender as diferentes perspectivas teóricas que embasam as discussões sobre a inclusão nas prisões. A inclusão nas unidades prisionais é um tema complexo e desafiador, que exige uma

abordagem multidisciplinar e uma análise aprofundada das diferentes dimensões envolvidas. A revisão bibliográfica realizada neste estudo permitiu identificar as principais contribuições teóricas e metodológicas nessa área.

Portanto, conclui-se que a partir dessas análises, é possível afirmar que a inclusão nas unidades prisionais é um processo que requer ações integradas, envolvendo a sociedade, o sistema prisional e os próprios detentos. A promoção da inclusão social nas prisões é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

DE JESUS, E. A. Legislação e empoderamento: como as leis impactam a vida dos portadores de doença grave com deficiência. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 446–459, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8368873. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/73>. Acesso em: 30 set. 2023.

DE JESUS, E. A. O processo educativo no cárcere como contributo para a remição da pena. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 388–396, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8361536. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/67>. Acesso em: 30 set. 2023.

DE JESUS, E. A. Os benefícios da saída temporária para a ressocialização dos apenados. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 397–404, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8361598. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/68>. Acesso em: 30 set. 2023.

DE JESUS, E. A. Reflexões sobre a realidade carcerária brasileira: o estado atual dos presídios brasileiros. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 350–362, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8360762. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/60>. Acesso em: 30 set. 2023.

DE JESUS, E. A. Ressocialização pela educação: uma alternativa para a crise do sistema carcerário brasileiro. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2,

p. 405– 412, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8361701. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/69>. Acesso em: 30 set. 2023.

DOS SANTOS, Jocyleia Santana et al. Da reclusão à inclusão: uma análise a partir das representações das professoras da Unidade Prisional Feminina de Pedro Afonso–TO. **Revista Polyphonia**, v. 34, n. 1, p. 69-86, 2023.

GUERRA, A. de L. e R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 149–159, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8240361. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 19 dez. 2023.

LAFER, Celso. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). **História da paz**, 2008.

SANTA ANNA, Jorge; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; DO NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão social Prison libraries and construction of citizenship: libraries practices in favour of social inclusion. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 20, n. 1, p. 67-85, 2015.